

A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA E A COMPREENSÃO DE PROPOSTAS DE PRODUÇÃO DE TEXTOS DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVOS

Andréia Inês HANEL*
Telisa Furlanetto GRAEFF**

ABSTRACT: The text production proposals were selected as the object of study due to the fact that the Higher Education Entrance Examinations are equal on the following criterion: the applicants have to demonstrate an ability to write an argumentative essay, demonstrating competence in language usage, besides being able to position themselves critically about an issue. The Argumentative Semantics - through the Theory of Polyphony, proposed by Ducrot (1990), and the Theory of the Semantic Blocks (TSB), introduced by Carel in 1992 and developed by both of them - was chosen as the theoretical basis for this research because the linguistic concepts and principles that govern it are the ones that better show how the argumentation appears in the linguistic relationships meant in the discourse. Based on this conception, this paper aims to verify whether the Argumentative Semantics presents theoretical elements capable of describing the comprehension of the text production proposals, the delimitation of their themes, as well as the selection and organization of arguments during the written production. In this paper we hope to contribute theoretically to the delimitations of the theme of the text production proposals. Rather, we seek to enable the exercise of citizenship, through reflection and expansion of the critical universe by the multiplicity of ideas due to the recognition of the possibility of coexistence of different points of views, which is desired by the National Curriculum Parameters (PCN).

KEYWORDS: Argumentative Semantics; Theory of Polyphony; Theory of the Semantic Blocks; Text Production Proposals.

1. Introdução

Tomando os textos dissertativo-argumentativos como um gênero textual, é preciso considerar os pressupostos bakhtinianos que caracterizam os gêneros textuais/discursivos. Segundo Bakhtin (2003), caracterizam qualquer gênero textual: estrutura composicional, conteúdo temático e estilo. O que define a estrutura expositiva, segundo Kleiman (1995), é a ênfase temática; por isso, tal caracterização é a que mais se aproxima da estrutura de textos dissertativo-argumentativos, nosso objeto de investigação. Quando considerada a interação entre autor e leitor, segundo a autora, nosso objeto de investigação pode ser definido como um texto argumentativo. Logo, o gênero “redação de vestibular” pode ser definido como texto “expositivo-argumentativo”. Em nosso trabalho, utilizaremos a terminologia definida no ENEM, “textos dissertativo-argumentativos”.

Nosso trabalho tem como objetivo apresentar contribuições teóricas e práticas para a melhoria da produção e recepção de textos dissertativo-argumentativos. A pesquisa está fundamentada teoricamente nos princípios da Semântica Argumentativa, em especial a Teoria da Polifonia, proposta por Ducrot (1990), e a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), apresenta por Carel (1992) e desenvolvida por ambos.

Essa investigação objetiva verificar se a semântica argumentativa pode contribuir com o trabalho de leitura e escrita de textos dissertativo-argumentativos, visto que os mesmos são orientados por uma proposta de redação. Logo, os objetos de investigação desta pesquisa

* Mestre em Letras – Estudos Linguísticos; UPF (Universidade de Passo Fundo)

** Doutora em Linguística; UPF (Universidade de Passo Fundo)

serão as propostas de redação, consideradas como textos introdutórios à produção dissertativo-argumentativa.

2. A opção teórica: Teoria da Argumentação na Língua

A fim de compreendermos de que modo a semântica argumentativa teoriza sobre a argumentação que está na língua, principal postulado teórico da Teoria da Argumentação na Língua (em francês “*Argumentation dans la Langue*”, abreviado ADL), mostraremos como Oswald Ducrot entende o funcionamento da língua e em quais fundamentos se ampara para desenvolver suas ideias.

Ducrot e seus colaboradores propõem um estudo da argumentação na língua, ou seja, o ponto de vista que cria o objeto de investigação de Ducrot é a própria língua. É a estrutura linguística que indica o que devemos procurar no contexto, quando se quer interpretar um enunciado. O autor mostra que o que preexiste à fala é uma situação sem limites e sem estrutura, pois “a fala traz com ela os limites e os pontos de vista que tornam essa situação utilizável para a interpretação” (DUCROT, 2005, p. 15).

Por meio dessas afirmações, Ducrot destrói a ideia de que “as palavras têm, por função primeira, veicular uma descrição da realidade, que elas têm um nível fundamental, um valor ‘informativo’, que elas são, antes de tudo, um meio de comunicar informações” (2005, p. 15), e anuncia que as palavras têm função argumentativa. Em seu entendimento, o valor argumentativo de uma palavra é, por definição, a orientação que essa palavra dá ao discurso. É o conjunto de possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva que seu emprego determina.

A primeira versão da ADL, proposta por Ducrot e Jean-Claude Anscombe, foi apresentada em 1983, no livro *L’argumentation dans la langue* (1983). As ideias questionadas, nesse momento, foram as que se referem ao papel que se atribuía à Pragmática nos estudos da língua. Ducrot acredita que o linguístico é que dará pistas do que se deve procurar no contexto pragmático.

É nessa fase que surge a grande “virada” conceitual proposta pelos autores quanto à ideia do que seja “argumentar”. Os linguistas inovam, ao defender que “a linguagem não descreve diretamente a realidade, mas indiretamente por meio dos aspectos subjetivo e intersubjetivo, isto é, a descrição da realidade é o resultado da expressão da atitude do locutor e do apelo que faz ao interlocutor” (DUCROT apud GRAEFF, 2001, p. 47). Nesse momento, os autores da ADL passam a acreditar que toda descrição tem a função de argumentar e não, simplesmente, de informar, como a semântica tradicional preconizava.

Com base nos estudos que deram origem à Forma *Standard* da ADL, foi possível verificar que o “potencial argumentativo” é o conjunto de conclusões possíveis, num determinado enunciado, parafraseando Graeff (2001). A principal contribuição das reflexões dessa fase teórica, decorrente das afirmações anteriores, é a de que há a necessidade de se refutar que as palavras têm por função primeira veicular uma descrição da realidade; que têm, portanto, um nível fundamental, um “valor informativo”; que são, antes de tudo, um meio de comunicar informações.

A Teoria Polifônica da Enunciação, segunda fase da ADL, marcada pela noção de polifonia, segundo Ducrot (2005), visa a substituir a análise semântica horizontal, típica da teoria do *modus* ou dos “atos de linguagem”, por uma análise vertical. Ducrot admite que a teoria da enunciação de Bally (1965) o inspirou a rever a noção da “unicidade do sujeito falante”. E, a fim de evidenciar que a definição do sujeito falante é algo extremamente complexo, o autor constrói a teoria polifônica da enunciação, “segundo a qual em um mesmo

enunciado há a presença de vários sujeitos com *status* lingüísticos diferentes” (DUCROT, 1990, p. 16)¹.

Para sustentar a sua teoria da polifonia, Ducrot precisou diferenciar as funções a que o sujeito falante remete, as quais, segundo o autor, são muito diferentes. Definiu da seguinte forma as funções em questão: o Sujeito Empírico (SE) é o autor efetivo do enunciado, o ser do mundo, cuja questão da determinação não interessa ao linguista; o Locutor (L) é o responsável pelo enunciado; e o Enunciador (E) é definido como pontos de vista. Ducrot ressalta que:

[...] o autor de um enunciado não se expressa nunca diretamente, mas coloca em cena num mesmo enunciado um certo número de personagens. O sentido do enunciado nasce da confrontação desses diferentes sujeitos: o sentido do enunciado não é mais que o resultado das diferentes vozes que ali aparecem. (1990, p. 16)².

As construções lingüísticas em que a polifonia pode ser percebida, conforme demonstrado por Ducrot e seguidores são: humor, negação, pressuposição e de uso do *mas*.

Carel (1992), apresenta a nova versão da ADL, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Para a TBS, parafrazeando os autores, o sentido não está constituído por coisas, fatos, propriedades, crenças psicológicas, nem por ideias. Está constituído por certos discursos que essa entidade lingüística evoca. Esses discursos serão denominados *encadeamentos argumentativos*³. A fórmula geral que esquematiza os encadeamentos argumentativos é

X CON Y

Nessa fórmula, X e Y são segmentos, predicados, unidos por um conector (CON). Os conectores, segundo Ducrot, “produzem uma interdependência entre os segmentos que unem” (2005, p. 29)⁴. Os autores admitem apenas dois tipos de conectores e, conseqüentemente, dois tipos de encadeamentos argumentativos. Os conectores do tipo DC (*donc* – “portanto”) aparecem em encadeamentos argumentativos NORMATIVOS. Os conectores do tipo PT (*pourtant* – “mesmo assim”) aparecem em encadeamentos argumentativos TRANSGRESSIVOS. Nesses, é verificada a mesma interdependência semântica observada em encadeamentos normativos; apenas, nessa forma de argumentar, é possível dizer que o locutor reconhece na regra seu aspecto normativo, mas opta por utilizá-lo na forma transgressiva.

Carel e Ducrot (2005) esclarecem que as distinções entre o transgressivo e o normativo se estendem por toda a língua e que o interesse por esses dois tipos de encadeamentos acontece na medida em que estes manifestam um fato fundamental da língua, ou seja, uma vez que cada um dos segmentos encadeados somente toma seu sentido em relação com o outro, fenômeno chamado de *interdependência semântica*. No quadrado argumentativo de um bloco semântico, percebemos que cada um dos encadeamentos argumentativos apresenta-se

¹ [...] según la cual en un mismo enunciado hay presentes varios sujetos con *status* lingüísticos diferentes.

² [...] el autor de un enunciado no se expresa nunca directamente, sino que pone en escena en el mismo enunciado en cierto número de personajes. El sentido del enunciado nece de la confrontación de esos diferentes sujetos: el sentido del enunciado no es más que el resultado de las diferentes voces que allí aparecen.

³ Encadeamentos argumentativos são os discursos que uma determinada expressão evoca constituindo seu sentido. (Para la TBS, el sentido de una expresión cualquiera, sea ella una palabra o un enunciado, está constituído por los discursos que esa expresión evoca. A estos discursos los llamamos encadenamientos argumentativos (DUCROT, 2005 p. 29).

⁴ estos conectores producen una interdependencia entre los segmentos que unen.

como um aspecto argumentativo, pois os autores propõem uma convenção que substitui X e Y por A e B, respectivamente, ligados por um dos conectores.

Eles afirmam que, se introduzirmos a negação (não) na relação dos predicados que serão colocados no quadrado argumentativo, teremos a possibilidade de oito aspectos, e, embora alguns possam parecer absurdos, são viáveis linguisticamente, podendo se tornar reais em discursos esporádicos. Um Bloco Semântico (BS) apresenta os aspectos:

A DC B
Neg-A DC Neg-B
Neg-A PT B
A PT Neg-B

A e B são predicados e *neg* representa a negação do predicado à que faz referência. DC é o conector *donc* (“portanto”) e PT é o conector *pourtant* (“mesmo assim”)⁵. Os predicados abordados são A, “problema”, e B, “deixar de lado”.

No primeiro aspecto A DC B:

(1) Há um verdadeiro problema, portanto devemos deixá-lo de lado.

Quando representamos o segundo aspecto Neg-A DC Neg-B:

(2) Não há um verdadeiro problema, portanto não o deixemos de lado.

O terceiro aspecto Neg-A PT B será assim representado:

(3) Não há um verdadeiro problema, mesmo assim devemos deixá-lo de lado.

E o aspecto A PT Neg-B é assim representado:

(4) Há um verdadeiro problema, mesmo assim não o deixemos de lado.

Note-se que A, “problema”, toma o sentido de dificuldade, e B, “deixar de lado”, toma o sentido de adiar o assunto. Isso levou os autores a construir um único bloco para os encadeamentos (1), (2), (3) e (4), e, nesses quatro casos, a interdependência e a mesma, ou seja, a relação estabelecida entre a questão da dificuldade, problema, e o fato de se deixar ou não de lado sua suposta solução. Podemos apresentar, aqui, mais quatro aspectos que formam um novo bloco e confirmam a possibilidade de se obterem oito aspectos entre dois predicados, inserindo-se a negação. Os encadeamentos relacionariam A, problema, e B, não deixar de lado, dos quais se obtém os aspectos:

A DC B
Neg-A DC Neg-B
Neg-A PT B
A PT Neg-B

(1’) Há um verdadeiro problema, portanto não devemos deixá-lo de lado.

(2’) Não há um verdadeiro problema, portanto devemos deixá-lo de lado.

(3’) Não há um verdadeiro problema, mesmo assim não devemos deixá-lo de lado.

(4’) Há um verdadeiro problema, mesmo assim devemos deixá-lo de lado.

Os aspectos do quadrado relacionam-se entre si, e tais relações podem ser conversas, recíprocas ou transpostas. São chamadas de relações conversas as estabelecidas entre A DC B e A PT neg-B, bem como as relações entre neg-A DONC neg-B e neg-A PT B. A relação conversa estabelece-se entre aspectos argumentativos normativos e transgressivos. A relação de reciprocidade acontece no sentido horizontal e direto do quadrado argumentativo: A DC B

⁵ Termos assim selecionados por tratarem-se de uma convenção da ADL.

e Neg-A DC Neg-B. Ainda, temos as relações transpostas no bloco que acontecem de forma direta na posição vertical do Quadrado Argumentativo. A relação transposta também relaciona os dois conectores, porém a relação acontece em um mesmo lado do quadrado: A DC B e Neg-A PT B.

Ducrot e Carel, para reforçar a ideia de que “a argumentação está na língua”, enfatizam que, na própria constituição do aspecto argumentativo do bloco, ficam evidenciadas suas argumentações internas e externas. Amplia-se a TBS, pois se passa a considerar um aspecto, como os autores definem, essencial à teoria, a argumentação interna e externa. A fim de entendermos a argumentação externa de uma entidade linguística *e*, é preciso considerar os encadeamentos dos quais *e* pode ser a origem ou o fim. Em outras palavras, a argumentação externa de qualquer entidade é formada por essa mesma entidade associada a outro predicado por um conector. Existem duas grandes categorias de argumentações externas: Argumentação Externa (AE) à direita e Argumentação Externa (AE) à esquerda. As AE à direita são do tipo *e* CON X. Acompanhando o exemplo dado pelos autores (CAREL; DUCROT, 2005, p. 4), podemos verificar como se constitui a argumentação externa à direita: *Pedro é prudente, portanto não sofrerá acidentes. Ou Pedro é prudente, portanto estará seguro.*⁶

Já quando nos referimos à AE à esquerda, temos o seguinte exemplo, também oferecido pelo autor: *Tem medo, portanto é prudente.*⁷

Observando esse exemplo, verificamos que “prudente”, agora, é o fim que se deseja alcançar. Os autores reafirmam que a entidade linguística forma parte dos encadeamentos externos que a descrevem, o que caracteriza, segundo o autor, a primeira propriedade das argumentações externas. A segunda propriedade é a seguinte: os aspectos pertencentes à AE aparecem sempre aos pares; assim, se aparece um aspecto *prudente DC segurança*⁸, também aparece outro aspecto formando seu par *prudente PT não segurança*.⁹

Diferentemente, as AI apresentam-se como aspectos que parafraseiam essa entidade *e*, e são essas paráfrases que consideramos como AI. Os autores utilizam o seguinte exemplo: quando temos um aspecto descrito como *perigo DC precaução*, podemos parafraseá-lo pelo termo *prudente*, e essa seria, então, a AI de tal encadeamento. Outro exemplo: o aspecto descrito como *Não perigo PT precaução*, pode ser parafraseado por *temeroso*. Saindo desse quadrado, podemos parafrasear a expressão *difícil PT compreende* com a expressão *inteligente*. Logo, prudente, temeroso e inteligente são as argumentações internas dos encadeamentos exemplificados. A outra propriedade da AI é que não encontraremos a mesma AI em dois aspectos conversos.

3. Análise do corpus

Analisaremos o *corpus* formado por duas propostas de redação, veiculadas nos anos de 2007 e 2008 em diferentes Instituições de Ensino Superior (IES), selecionadas de modo aleatório. Realizaremos uma leitura empírica das propostas para a delimitação de seus temas. Em seguida, com base nos princípios da TBS, mostraremos de que modo as propostas estão organizadas, se tal organização permite mais de um movimento argumentativo ou se inibe as possibilidades argumentativas dos candidatos, evidenciando apenas uma opção de escrita e,

⁶ Pedro es prudente, por lo tanto no tendrá accidentes.

Pedro es prudente, por lo tanto estará seguro.

⁷ Tiene medo, por lo tanto es prudente.

⁸ Prudente PLT seguridad.

⁹ Prudente SE Neg-seguridad.

principalmente, se a organização da proposta permite uma delimitação clara do tema a ser abordado na produção escrita da redação.

Proposta 1

Estatísticas apontam para um número cada vez maior de acidentes de trânsito, muitas vezes tendo como resultado mortes ou graves sequelas. Diante desse cenário, perguntamos:

Como o cidadão ou autoridade, que medidas você proporia para reduzir o número e a gravidade dos acidentes de trânsito?

Esta proposta é bastante clara: o que é possível/recomendável fazer para tornar o trânsito menos violento. A expressão ‘como cidadão ou autoridade’ serve para orientar possíveis abordagens, não sendo necessário colocar-se nas duas posições.

O desenvolvimento do tema poderia tratar da violência do trânsito na cidade e/ou estrada, entre jovens ou em geral, mas não poderia deixar de propor soluções.

A apresentação de exemplos e iniciativas bem sucedidas agrega consistência à argumentação.

A proposta acima está organizada de uma forma bastante sucinta. O primeiro trecho é uma afirmação bastante recorrente no dia a dia. Tal afirmação, que se apresenta como “confiável”, visto que é o resultado de estatísticas, antecede uma questão grafada em negrito, convidando o aluno a propor medidas para reduzir os acidentes de trânsito.

O segundo fragmento aparece como uma autodefinição da proposta “bastante clara” e como reiteração do convite para se proporem alternativas capazes de tornar o trânsito menos violento, além de uma “dica” que aparece na segunda frase do seguinte trecho: *A expressão como cidadão ou autoridade serve para orientar possíveis abordagens, não sendo necessário colocar-se nas duas posições*, assim o candidato pode se posicionar considerando apenas um ponto de vista ou do cidadão ou da autoridade.

Os trechos são sugestões que aceitam que argumentar é expor, principalmente quando consideramos o último fragmento, porque encoraja a exposição de exemplos que possam reduzir o número de acidentes graves no trânsito.

Nossa intenção, agora, é mostrar como a TBS pode contribuir para a compreensão de propostas de redação. A proposta relaciona os predicados A “muitos acidentes graves” e B “trânsito violento”.

O primeiro predicado contempla AE como “inadimplência dos motoristas DC muitos acidentes graves” ou “muitos acidentes graves DC muitas vítimas fatais”. Já o segundo predicado sugere AE como “trânsito violento DC insegurança” ou “abuso de velocidade DC trânsito violento”, entre inúmeras outras.

Ao traçarmos o primeiro quadrado argumentativo, encontramos os seguintes aspectos:

A: Muitos acidentes graves DC trânsito violento.

B: Poucos acidentes graves DC não trânsito violento.

C: Muitos acidentes graves PT não trânsito violento.

D: Poucos acidentes graves PT trânsito violento.

Os aspectos normativos A e B serão os argumentos voltados ao senso comum que avaliam a violência no trânsito pelos acidentes graves ocorridos. O aspecto transgressivo C pode ser o argumento de uma pessoa pouco esclarecida que não admite que mesmo a presença de muitos acidentes graves seja a evidência da violência no trânsito. Já o aspecto transgressivo D reconhece que mesmo a presença de poucos acidentes graves pode ser a evidência de trânsito violento.

Já o bloco contrário dessa proposta relaciona os aspectos: A’ “poucos acidentes graves” e B’ “trânsito violento” e mobiliza os seguintes aspectos:

A': Muitos acidentes graves DC trânsito não violento.

B': Poucos acidentes graves DC trânsito violento.

C': Muitos acidentes graves PT trânsito violento.

D': Poucos acidentes graves PT trânsito não violento

Os aspectos desse quadrado argumentativo' parecem pouco materializáveis, sendo possíveis apenas linguisticamente. Seria muito difícil encontrar um contexto em que tais discursos fossem viáveis.

A proposta trata a redação do vestibular como um texto expositivo, pois sugere que o candidato liste medidas para reduzir o número ou a gravidade dos acidentes de trânsito, mostrando uma "visão" argumentativa, avessa à visão da TBS, porque considera argumentar unicamente como justificar. Por isso, a proposta não apresenta a possibilidade da contra-argumentação. Logo, configura-se como uma proposta que não permite ao aluno desenvolver um texto dissertativo-argumentativo, como caracterizado anteriormente, pois sua organização inicial apresenta-se como roteiro para a exposição de propostas, mas sempre com a perspectiva "Muitos acidentes graves DC trânsito violento". Tal situação limita a ação argumentativa, visto que a análise dos blocos semânticos comprova essa característica, na medida em que a maioria dos aspectos dos blocos semânticos é apenas uma possibilidade linguística.

Proposta 2

Pode parecer que os isótopos de oxigênio e a luta dos seringueiros no Acre tenham pouco em comum. No entanto, ambos estão relacionados ao futuro da Amazônia e a parte significativa da agroindústria e da geração de energia elétrica no Brasil.

À época em que Chico Mendes lutava para assegurar o futuro dos seringueiros e da floresta, um dos mais respeitados cientistas brasileiros, Eneas Salati, analisava proporções de isótopos de oxigênio na precipitação pluviométrica amazônica do Atlântico ao Peru. Sua conclusão foi irrefutável: a Amazônia produz a parte maior de sua própria chuva; implicação óbvia desse fenômeno: o excesso de desmatamento pode degradar o ciclo hidrológico.

Hoje, imagens obtidas por sensoriamento remoto mostram que o ciclo hidrológico não apenas é essencial para a manutenção da grande floresta, mas também garante parcela significativa da chuva que cai no sul da Amazônia, em Mato Grosso, São Paulo e até mesmo ao norte da Argentina. Quando a umidade do ciclo, que se desloca em direção ocidental, atinge o paredão dos Andes, parte dela é desviada para o sul. Boa parte da cana-de-açúcar, da soja, de outras safras agroindustriais dessas regiões e parte significativa da geração de energia hidrelétrica dependem da máquina de chuva da Amazônia.

O texto acima, que focaliza a relevância da região amazônica para o meio ambiente e para a economia brasileira, menciona a 'máquina de chuva da Amazônia'. Suponha que, para manter essa 'máquina de chuva' funcionando, tenham sido sugeridas as ações a seguir:

- 1- Suspender completa e imediatamente o desmatamento da Amazônia, que permaneceria proibido até que fossem identificadas áreas onde se poderia explorar, de maneira sustentável, madeira de florestas nativas.
- 2- Efetuar pagamentos a proprietários de terras para que deixem de desmatar a floresta, utilizando-se de recursos financeiros internacionais.
- 3- Aumentar a fiscalização e aplicar multas àqueles que promoverem desmatamentos não-autorizados.

Escolha uma dessas opções e redija um texto dissertativo, ressaltando as possibilidades e as limitações da ação escolhida.

A proposta, em seu fragmento inicial, apresenta-se como uma comparação entre um estudo científico denunciado pela presença dos termos técnicos – “*isótopos de oxigênio*” – e a defesa pública de uma das atividades produtivas – “*luta dos seringueiros no Acre*” – que ocorre no interior das matas da Floresta Amazônica, relacionando-as com o futuro da floresta e com o desenvolvimento econômico proveniente da região atingida pelo ciclo hidrológico produzido na Floresta Amazônica, devido à produção de energia elétrica e aos produtos agroindustriais.

Garantindo a mesma orientação argumentativa, o segundo trecho da proposta explica as afirmações do fragmento anterior, em que se apontavam ideias sobre os isótopos de oxigênio, a luta dos seringueiros e a preservação da Amazônia. A apresentação dos novos dados reforça a relação entre a luta dos seringueiros e o estudo sobre os isótopos de oxigênio como fator de preservação da Floresta Amazônica e, conseqüentemente, do ciclo hidrológico das chuvas.

O terceiro fragmento contribui para a confirmação das ideias apresentadas anteriormente, agregando-lhes o caráter da atualidade, uma vez que se anuncia a expressão *Hoje*, e evidenciando as regiões brasileiras e argentinas dependentes hidrológicamente das chuvas produzidas na Floresta Amazônica. Logo, considera-se inaceitável não reconhecer a importância da preservação da Floresta Amazônica.

O quarto fragmento anuncia que o texto acima focaliza a importância da região amazônica para o meio ambiente e também para a economia brasileira, convidando o aluno a refletir sobre algumas ações sugeridas para a manutenção do funcionamento de tal “máquina”. As três ações sugeridas são construídas, observando-se a questão da preservação, ou seja, “suspende o desmatamento, portanto preserva”, “realizam-se pagamentos aos proprietários, portanto preserva”, ou “fiscaliza-se e aplicam-se multas, portanto preserva”.

Ao final aparece o fragmento mais importante: *Escolha uma dessas opções e redija um texto dissertativo, ressaltando as possibilidades e as limitações da ação escolhida* (grifo nosso). Salientamos que, nesse trecho, sugere-se ao aluno a possibilidade da contra-argumentação, quando se solicita sua reflexão sobre as “limitações da ação escolhida”, a fim de que se alcance a preservação da chuva, do meio ambiente e da economia brasileira apresentadas na parte inicial da proposta. Dessa forma, o candidato precisa elaborar dois raciocínios, um que afirme possibilidades e outro que considere as possíveis limitações da ação selecionada.

A análise da proposta com base na ADL nos permite observar que, relacionadas à parte inicial, que orienta a questão para a preservação da Amazônia, estão as três ações sugeridas para a escolha do aluno. A opção 1 – “*Suspender completa e imediatamente o desmatamento da Amazônia, que permanecerá proibido até que fossem identificadas áreas onde se poderia explorar, de maneira sustentável, madeira de florestas nativas*” – aponta para os seguintes predicados: A “suspender o desmatamento” e B “garantir a manutenção dos fenômenos hidrológicos”, a partir dos quais seriam mobilizados os seguintes aspectos:

A: Suspender o desmatamento DC garantir a manutenção dos fenômenos hidrológicos.

B: Não suspender o desmatamento DC não garantir a manutenção dos fenômenos hidrológicos.

C: Suspender o desmatamento PT não garantir a manutenção dos fenômenos hidrológicos.

D: Não suspender o desmatamento PT garantir a manutenção dos fenômenos hidrológicos.

Os aspectos normativos A e B confirmam a perspectiva apresentada na primeira parte da proposta. O aspecto transgressivo C defende que suspender o desmatamento não garante a manutenção dos fenômenos hidrológicos, pois se poderia argumentar que sempre haverá pessoas desrespeitando tal proibição, ao lado das dificuldades de fiscalização etc. Já o aspecto transgressivo D poderia sugerir outras maneiras para garantir a manutenção dos fenômenos hidrológicos, sem associá-la à suspensão do desmatamento.

O bloco contrário mobiliza os seguintes predicados: A' "Não suspender o desmatamento" e B' "garantir a manutenção dos fenômenos hidrológicos", dos quais teríamos os seguintes aspectos:

A': Não suspender o desmatamento DC garantir a manutenção dos fenômenos hidrológicos.

B': Suspender o desmatamento DC não garantir a manutenção dos fenômenos hidrológicos.

C': Não suspender o desmatamento PT não garantir a manutenção dos fenômenos hidrológicos.

D': Suspender o desmatamento PT garantir a manutenção dos fenômenos hidrológicos.

O aspecto A' seria a argumentação de alguém que defende que tudo o que é proibido desperta a ação de determinadas pessoas, interessadas em provar que "ninguém me manda". O aspecto B' não encontra contexto realizável, visto que sua argumentação iria contra todo o discurso introdutório da proposta. O aspecto transgressivo C' poderia ser utilizado por alguém que, numa determinada etapa, acredita, por exemplo, mais na conscientização do que na proibição e que se decepciona por perceber que, mesmo sem a proibição, não há a garantia de manutenção dos fenômenos hidrológicos. Por sua vez, o aspecto D' não encontra contexto para sua realização, sendo apenas uma possibilidade linguística, não materializável.

Na opção 2 – "*Efetuar pagamentos a proprietários de terras para que deixem de desmatar a floresta, utilizando-se de recursos financeiros internacionais*" –, temos a presença dos predicados A "pagar proprietários" e B "evitar o desmatamento", representados pelos seguintes aspectos no bloco:

A: Pagar os proprietários DC evitar o desmatamento.

B: Não pagar os proprietários DC não evitar o desmatamento.

C: Pagar os proprietários PT não evitar o desmatamento.

D: Não pagar os proprietários PT evitar o desmatamento.

Os aspectos A e B são os apresentados pela proposta e não exigem reflexão mais elaborada por parte do produtor do texto. O aspecto C mostra um argumento que alerta para o fato de que, mesmo havendo o pagamento aos proprietários, não se evitaria o desmatamento, pois os proprietários poderiam, por exemplo, aceitar o dinheiro e continuar extraindo a madeira, para ter mais lucro. O aspecto D faz alusão a outra perspectiva, em que não se daria dinheiro aos proprietários e, por outro lado, se evitaria o desmatamento. Poderia ser defendida a ideia da cobrança de multas, da existência de trabalho de conscientização ou da desapropriação das terras da Floresta Amazônica, pelo Governo Federal.

O seu bloco contrário seria construído pelos predicados A' "não pagamento aos proprietários" e B' "evitar o desmatamento", apresentando como aspectos:

A': Não pagar os proprietários DC evitar o desmatamento.

B': Pagar os proprietários DC não evitar o desmatamento.

C': Não pagar os proprietários PT não evitar o desmatamento.

D': Pagar os proprietários PT evitar o desmatamento.

O aspecto A' seria o argumento de alguém que defendesse, por exemplo, que as reservas naturais são patrimônio da humanidade e que, portanto, não poderiam ser de propriedade de um único sujeito, sendo a favor da retirada de pessoas dessas áreas e ao seu

isolamento para o reflorestamento. O aspecto B' mostra o fato de que pagar os proprietários é incentivar o desmatamento, para, talvez, receberem mais dinheiro, tanto do governo, quanto da Amazônia.

O aspecto C' parece pouco contextualizável, pois está relativamente descaracterizado em relação ao que se costuma ouvir. O aspecto D' também se configura apenas como uma possibilidade linguística, não materializável.

A terceira opção: - *“Aumentar a fiscalização e aplicar multas àqueles que promoverem desmatamentos não-autorizados”* - Os predicados relacionados nessa proposta são A “fiscalizar” e B “evitar o desmatamento”, que configuram os seguintes aspectos:

A: Fiscalizar DC evitar o desmatamento.

B: Não fiscalizar DC não evitar o desmatamento.

C: Fiscalizar PT não evitar o desmatamento.

D: Não fiscalizar PT evitar o desmatamento.

Os aspectos normativos A e B representam a proposta da redação, exigindo a seleção de exemplos ilustrativos. O aspecto C mostra que a implantação da fiscalização e a aplicação de multas podem não evitar o desmatamento, uma vez que se reconhece o sistema falho de fiscalizações, a corrupção que o envolve e a “demora” com que o sistema judicial executa o pagamento das multas, entre outras limitações. O aspecto transgressivo D representa o argumento de alguém que poderia propor alternativas diferentes, acreditando na sua maior eficácia: por exemplo, a colocação da Amazônia como responsabilidade das Nações Unidas, ou outra organização mundial, preocupada com a sua preservação.

O bloco contrário mobiliza os predicados A' “não fiscalizar” e B' “evitar o desmatamento”, e os seguintes aspectos:

A': Não fiscalizar DC evitar o desmatamento.

B': Fiscalizar DC não evitar o desmatamento.

C': Não fiscalizar PT não evitar o desmatamento.

D': Fiscalizar PT evitar o desmatamento.

O aspecto A' é o argumento de alguém que defenda que a fiscalização, ao invés de impedir o desmatamento, incentiva sua prática; logo, o fato de não fiscalizar, partindo dessa posição, teria como resultado o controle do desmatamento. O aspecto B' reforça a argumentação do aspecto A', de que a fiscalização incentiva o desmatamento. O aspecto transgressivo C' poderia ser a declaração de alguém que, acreditando no aspecto A', não confirma suas hipóteses e se decepciona, adotando o aspecto C' como argumento. Já o aspecto D' reconhece que, em alguns casos, a fiscalização pode atrair mais adeptos à inadimplência, mas opta por defendê-la, mesmo diante dos contra-argumentos já apresentados.

Analisando os oito aspectos encontrados para cada uma das ações sugeridas, percebemos que um dos predicados relacionados é sempre recorrente; embora parafraseado, refere sempre a preservação da Amazônia como forma de garantir a preservação do meio ambiente, das chuvas e, até mesmo, da economia brasileira. Percebemos que, independentemente da ação escolhida, qualquer candidato, ao ser convidado a apresentar as limitações da proposta selecionada, precisa, sem exceção, adotar pelo menos um dos aspectos transgressivos oferecidos pelo quadrado argumentativo, para poder sustentar sua argumentação. E é, justamente, pelo fato de exigir que o aluno apresente as limitações da ação escolhida que se lhe possibilita contra-argumentar.

A análise de cada uma das propostas, com base em princípios e conceitos da TBS, mostrou-se um procedimento interessante, não apenas para verificar a delimitação dos temas sugeridos, mas também para examinar a condução do aluno para a ação de contra-argumentar, em vez de apenas listar ou expor justificativas a favor de uma determinada argumentação.

4. Considerações finais

A TBS e a Teoria da Polifonia contribuem de forma significativa para a compreensão ou elaboração de propostas de redação e para a produção dissertativo-argumentativa, porque consideram que apenas a estrutura linguística indica o que devemos procurar no contexto, ou seja, que toda a orientação argumentativa está marcada na estrutura linguística. Traz, também, grandes contribuições para o trabalho com o gênero dissertativo-argumentativo, pois amplia o conceito de argumentação, função primeira das palavras, mostrando que essa atitude somente se completa na presença da contra-argumentação; logo, atribui a essas duas ações as definições de atitude normativa, quando há a argumentação, e atitude transgressiva, quando há a contra-argumentação. Tais atitudes são materializadas no enunciado pela seleção de conectores, que originam encadeamentos argumentativos. A formação desses encadeamentos, por sua vez, acontece em decorrência da relação de dois predicados por meio de um conector. E sempre que é possível, linguisticamente, elaborar um encadeamento argumentativo normativo, também é possível elaborar um encadeamento transgressivo, uma vez que os dois são unidades semânticas básicas de um mesmo bloco semântico. Logo, como mostra Ducrot, se é possível elaborar um enunciado como “Pedro é prudente DC está seguro”, também é possível enunciar “Pedro é prudente PT não está seguro”¹⁰ (1990, p. 63). A compreensão acerca dessa noção de contra-argumentação como constitutiva da argumentação modifica muitas concepções equivocadas na prática dissertativo-argumentativa, como as listagens, as afirmações e correspondentes justificativas etc., porque exige formulações mais elaboradas e qualificadas por parte do aluno, além de propostas aptas a orientarem para a contra-argumentação.

Além disso, a compreensão das relações conversas, recíprocas e transpostas que aparecem no quadrado argumentativo possibilita formas diferentes e exclusivas para ordenar os elementos argumentativos na produção textual, ou seja, é uma prática que permite a visualização de “linhas mestras” ou do “esqueleto” do texto. Desse modo, o restante do trabalho do produtor seria a busca de contextos representativos para a materialização dos encadeamentos e a relação dessa organização na estrutura argumentativa e contra-argumentativa do texto. Outro aspecto que contribui muito para o trabalho de leitura e escrita é o desenvolvimento das argumentações internas e externas das palavras; isto é, para realizar uma leitura ou uma produção textual adequada, é necessário aceitar que as palavras já apresentam uma argumentação interna e/ou externa e, por isso, seus usos podem apresentar diferentes significados.

Esses apontamentos, somados às observações realizadas no decorrer das análises, permitem-nos apontar algumas questões mais específicas. Quanto à contribuição ao trabalho de produção e recepção de textos dissertativo-argumentativos, almejada no início da pesquisa, podemos sugerir alguns procedimentos que possibilitam tratamento adequado das propostas de redação. Inicialmente, deve-se realizar a leitura atenta da proposta, fragmento por fragmento, observando quais ideias são recorrentes, quais são abandonadas e a orientação argumentativa dos trechos, bem como se há ou não manutenção dessa orientação durante a sequência da proposta. Após tal leitura e garimpagem de dados argumentativos, é preciso identificar os predicados sobre os quais a proposta é construída. Até esse momento, já se considerou as três características bakhtinianas de um gênero textual: o conteúdo temático, quando se solicita a leitura atenta da proposta, para identificação das ideias recorrentes e/ou abandonadas; a estrutura composicional, quando se demonstra interesse pela organização das

¹⁰ Prudente PLT seguridad, también estará el aspecto prudente SE Neg-seguridad.

informações ao longo da estrutura, e o estilo, quando se observa a forma como as informações estão diluídas ao longo do texto.

Num segundo momento, o professor deve observar as AE e AI dos predicados, já que as palavras, assim como os predicados, são argumentativas. Então, é preciso desvelar o seu potencial argumentativo, para compreender as suas possíveis utilizações. Após tal consideração, deve-se traçar o quadrado argumentativo, ilustrando-se contextos para a materialização desses aspectos. Finaliza-se a abordagem metodológica, comparando-se quais posicionamentos argumentativos determinada proposta admite e quais devem ser refutados. Nessa etapa, estará definida não apenas a delimitação do tema, mas também uma gama de posicionamentos argumentativos e contra-argumentativos.

Considerando-se, ainda, a questão das categorias de análise dos gêneros textuais de Bakhtin, a semântica argumentativa, pela TBS e pela Teoria Polifônica da Enunciação, apresenta subsídios teóricos para a delimitação e compreensão das propostas de redação, porque contempla em seus princípios a análise da estrutura composicional dos gêneros textuais. É a estrutura composicional que permite a presença de ideias polifônicas que possibilitam a discussão dos diferentes aspectos, de pontos de vista contrários e até de pontos de vista opostos.

Não obstante todas as contribuições metodológicas possibilitadas pela TBS, alertamos que esta não pode ser transposta, “tal qual” foi apresentada neste trabalho, para os alunos concluintes do Ensino Médio, a fim de que não se repitam erros já constatados no passado, quando alguns professores passaram a trabalhar conceitos teóricos nas salas de aula dos ensinos fundamental e médio, sem que os alunos compreendessem qualquer coisa, afastando-os cada vez mais das particularidades e possibilidades da Língua Portuguesa.

5. Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CAREL, Marion. Argumentación normativa e argumentación exceptiva. *Signo&Seña*, Buenos Aires, UBA, nº 9, pp.255-422, jun.1998
- _____. Argumentação interna aos enunciados. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, pp.27-43, set. 2002.
- _____. O que é argumentar? *Desenredo* - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v.1, n. 2, p. 77-84, jul./dez. 2005.
- _____; DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos*. Edição realizada por Marta García Negroni e Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.
- CREUS, Susana Q. de. EL movimiento argumentativo en enunciados en lengua española. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, nº 129, pp.93-121, set. 2002.
- DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: _____. (1984) *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes 1987.
- _____. Enunciação. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v.2, 1989. p. 368-393.
- _____. *Polifonía y argumentación*. Cali: Universidad del Valle, 1990.
- _____. *Os topoi na teoria da argumentação na língua*. *Revista Brasileira de Letras*. São Carlos. vol. 1, nº 1, p.1-11, 1999.
- _____. A pragmática e o estudo semântico da língua. *Letras de Hoje*. Porto Alegre. v. 40, n. 1, p. 9-21, março, 2005.
- GRAEFF, Telisa Furlanetto. Resumo de textos: em busca dos blocos semânticos e das unidades semânticas básicas. Passo Fundo: UPF, 2001.



Anais do IX Encontro do CELSUL
Palhoça, SC, out. 2010
Universidade do Sul de Santa Catarina

KLEIMAN, Ângela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 4^a ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.